

IGUALDADE DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS

Shirleide Karla de Oliveira Silva[*]
Emília Maria da Trindade Prestes[**]

[*] Mestre em Educação -Universidade Federal da
Paraíba karlaezemotos@gmail.com

[**] Doutora em Estudos latinoamericanos -
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
emilia.prestes@pesquisador.cnpq.br

Resumo

O presente artigo soma-se à discussão de igualdade de gênero no ensino superior ao explorar o universo de estudantes dos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba - UFPB/Campus I, mapeando a participação de homens e mulheres por área de conhecimento e por curso, considerando as variáveis sexo e gênero. Como procedimento metodológico, adotamos o estudo de caso exploratório e descritivo. Este estudo consistiu em um levantamento estatístico, com dados fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPB, abordando o quantitativo de estudantes matriculados no período letivo 2016.2. Ao distribuímos estes dados segundo as áreas de conhecimento, percebemos que as mulheres continuam sub-representadas nas Ciências Exatas, Naturais, Tecnologia e Engenharias (33%) permanecendo nas áreas compreendidas como femininas – Ciências Humanas (57%) e Ciências Biológicas e da Saúde (63%). Os cursos nas áreas de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, Serviços e Humanidades, considerados femininos, são os que mais atraem as mulheres. Seguindo esta tendência tradicional, os homens preferem cursos de Artes, Tecnologia e Ciências Exatas. Contudo, se considerarmos a pequena participação de mulheres nos cursos masculinos e de homens nos cursos femininos, podemos constatar que ainda estamos longe de alcançar a igualdade de gênero na academia, como sonhou Nísia Floresta no século XIX.

Palavras-chave: Ensino Superior. Igualdade de Gênero. UFPB

Introdução

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles [...]?

(Nísia Floresta, 1832)

Considerada a primeira feminista da América Latina, Nísia Floresta¹ revolucionou a sociedade brasileira no período oitocentista. Inspirada na escritora feminista *Mary Wollstonecraft* e na sua principal obra *A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects* (1792), Nísia escreveu, em 1832, seu primeiro livro: “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”. Neste livro, ela denunciou as condições em que viviam as mulheres, contestou o nível da educação das mulheres, que era muito inferior se comparado ao dos homens, e reivindicou a emancipação das mulheres. Para tanto, elegeu a educação como principal instrumento capaz de alcançar esta meta (CASTRO, 2010; CAMPOI, 2011).

A primeira conquista das mulheres, no campo educacional, encontra-se assegurada na Lei de 15 de outubro de 1827². Esta lei oficializou a escolarização primária pública – segregada – para meninos (artigo 6º) e meninas (artigo 12º) de todo o Brasil. Apesar desta inclusão, as desigualdades entre os sexos foram conservadas. Enquanto os meninos aprendiam a ler e escrever a partir da gramática da língua nacional, dos princípios de moral cristã, da Constituição do Império e da História do Brasil, e a calcular a partir das quatro operações de aritmética, da prática de quebrados, decimais e proporções e das noções mais gerais de geometria prática, as meninas limitavam-se a aprender as noções basilares da leitura e escrita, as quatro operações de aritmética e as prendas (costurar, bordar, cozinhar, etc.) destinadas à economia doméstica (SOUZA, 2013; SOUZA, 2015).

Pioneira na luta pela igualdade entre os sexos, Nísia Floresta fundou, em 1838, uma escola inovadora só para meninas. O Colégio Augusto, situado no Rio de Janeiro, foi um

¹ Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo da nordestina Dionísia Gonçalves Pinto (1810 -1875).

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm

marco na História da Educação Feminina Brasileira. O currículo revolucionário elaborado por Nísia incluía o ensino de Línguas Estrangeiras (Latim, Italiano, Francês, Inglês), Geografia, História, Aritmética avançada, Língua Pátria, além da prática de atividades físicas. Sobre isto, o jornal O Mercantil publicou, em 2 de janeiro de 1847, o seguinte comentário: “Trabalhos de língua não faltaram; os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulheres que trabalhem mais e falem menos” (MENDONÇA, 2014). Este comentário expressava o machismo enraizado na sociedade da época.

As críticas destrutivas não intimidaram esta mulher ousada, pelo contrário, deram-lhe forças para continuar lutando por igualdade. Cada vez mais comprometida com a reivindicação dos direitos das mulheres, sobretudo o direito à educação, Nísia Floresta escreveu, em 1853, seu segundo livro – “Opúsculo Humanitário”. Nele, a autora reforçou seu inconformismo com a desvalorização das mulheres e com as condições inferiores às quais elas se submetiam. Recuperando as reivindicações de outrora e dando ênfase à importância da educação feminista, Nísia clamou repetidas vezes: “Educai as mulheres! (p. 2); Educai vossas filhas... (p. 158); Educai... (p.160); Educai as mulheres! (p. 164)” (FLORESTA, 1989).

As mulheres perseveraram na luta pela igualdade e, lentamente, foram conquistando espaço na sociedade, assumindo papéis de importância e ganhando voz em seus manifestos. Cinquenta e dois anos depois, elas conquistaram o direito a cursar uma faculdade (Decreto Imperial de 1879). A primeira mulher a obter o título acadêmico brasileiro foi Rita Lobato, em 1887. Rita representou seu pioneirismo com louvor, foi a segunda médica na América Latina e a primeira no Brasil. Sua determinação e ousadia renderam-lhe o título de primeira doutora brasileira após defender a tese “Paralelo entre os Métodos Preconizados na Cesariana” (TRINDADE; TRINDADE, 2011).

O processo de inclusão das mulheres na academia se deu de forma gradativa e diferenciada. A predominância masculina nos cursos de Medicina, Direito e Engenharias ofuscava a presença feminina neste nível de ensino. Com a criação do curso de Filosofia, em 1942, a participação das mulheres no ensino superior aumentou consideravelmente. Comprometida com a formação da elite masculina brasileira, a Universidade da Paraíba,

criada em meados dos anos 1950³, incorporou cinco cursos masculinos: Odontologia, Politécnica, Direito, Medicina, Ciências Econômicas, Engenharia, e três cursos femininos: Filosofia, Enfermagem, e Serviço Social.

É na década de 1970 que se reverte o “hiato de gênero” na educação brasileira, segundo Beltrão e Alves (2009). De acordo com Fúlvia Rosemberg (2001), nesta década, as mulheres entraram em massa nos cursos superiores, porém nos campos femininos. A partir do final da década de 1990 é que as mulheres passaram a ser maioria nas matrículas e conclusões em todos os níveis de escolaridade, incluindo o superior. Entretanto, esta conquista não está em consonância com o princípio de igualdade, tendo em vista que as mulheres continuam sub-representadas em cursos das Ciências Exatas, Naturais e Tecnologia, como as Engenharias (QUEIROZ, 2000; BORGES; IDE e DURÕES, 2010; MOSCHKOVICH e ALMEIDA, 2015).

Nesta perspectiva, o presente artigo soma-se à discussão de igualdade de gênero no ensino superior ao explorar o universo de estudantes dos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba - UFPB/Campus I, mapeando a participação de homens e mulheres por área de conhecimento e por curso, considerando as variáveis sexo e gênero. A variável sexo refere-se à distribuição de homens e mulheres por curso e área do conhecimento; já a variável gênero refere-se às representações e valores masculinos ou femininos associados ao campo de conhecimento e prática de cada curso e área do conhecimento (M. E. P de Carvalho, comunicação pessoal). Como procedimento metodológico, adotamos o estudo de caso exploratório e descritivo. Este estudo consistiu em um levantamento estatístico, com dados fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPB, abordando o quantitativo de estudantes matriculados no período letivo 2016.2.

Igualdade de Gênero! Este grito é tão antigo quanto necessário...

O princípio de igualdade entre homens e mulheres ganhou relevância no campo jurídico,

³ Lei N° 1.366, de 2 de dezembro de 1955. Disponível em: <http://www.ufpb.br/aai/contents/documentos/lei-estadual-de-criacao-da-ufpb-1955.pdf/view>. Posteriormente federalizada – Universidad Feeral da Paraíba (UFPB).

em meados do século XX. Legalmente, TODOS os seres humanos são iguais em dignidade e direitos, sem distinção de origem, raça, sexo ou qualquer outra natureza. Este preceito encontra-se assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (UNESCO, 1998) e, no Brasil, na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016). Entretanto, este reconhecimento legal não garantiu a igualdade entre homens e mulheres. Problemas como violência contra mulher, discriminação no mercado de trabalho e disparidade salarial são alguns indicadores que evidenciam a persistência da desigualdade de gênero mundialmente (LORBER, 2010).

No campo da educação, esses graves problemas impulsionaram líderes governamentais – nacionais e internacionais – a criarem políticas públicas e organismos institucionais que garantissem a igualdade de gênero. A igualdade de oportunidade entre os sexos ganhou maior visibilidade nos marcos legais e políticos educacionais através da Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien/Tailândia, na década de 1990. Pautada no princípio inclusivo, esta conferência consubstanciou a educação como um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro (UNESCO, 1998). Vale ressaltar que, no Brasil, a principal legislação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, é omissa quanto à igualdade de gênero (BRASIL, 2015).

Apesar da LDB omitir o princípio de igualdade de gênero, a implementação de políticas públicas inclusivas contribuiu para a significativa participação das mulheres em todos os níveis educacionais. Sobre isto, a ex presidenta Dilma Rousseff pontua em publicação do IPEA (2014, p. 8):

Quanto à promoção da igualdade de gênero, as meninas e mulheres brasileiras são maioria em todos os níveis de ensino. O pleno alcance dessa meta, entretanto, não afasta a necessidade de continuarmos a luta pela superação de persistentes desigualdades entre homens e mulheres que ainda se verificam em outras áreas, como o acesso ao trabalho, nos rendimentos auferidos e na representação política.

Considerada inimiga histórica da humanidade, a desigualdade de gênero passa a ser encarada como um grande obstáculo a ser superado. Comprometida com a construção de uma

ONU estabeleceu, no ano de 2000, oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM que deveriam ter sido alcançados até 2015. O terceiro objetivo desta agenda foi promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. Em 2015, a ONU estabeleceu uma nova agenda composta por dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS a serem alcançados até 2030. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas compõem o quinto objetivo dos ODS.

De acordo com o Glossário de termos do ODS5, "igualdade de gênero refere-se à igualdade em direitos, responsabilidades e oportunidades das mulheres e dos homens, bem como das meninas e dos meninos" (ONUBR, 2016, p. 17). Neste sentido, Madeleine Arnot (1996) defende que a finalidade da igualdade de gênero é "assegurar que as mulheres estejam em pé de igualdade com os homens – em termos dos direitos políticos, civis e sociais. Homens e mulheres, enquanto seres humanos de igual valor, merecem ser tratados equitativamente" (p. 212). Desse modo, a expressão igualdade de gênero prevê o equilíbrio na relação entre homens e mulheres e a extinção dos graus comparativos de superioridade e inferioridade.

No que se refere a gênero, o referido glossário diz que gênero são comportamentos, papéis e atributos considerados apropriados para homens ou mulheres. Tais valores e atitudes são mutáveis e construídos socioculturalmente. Nesta perspectiva, Carvalho e Rabay (2015) defendem que gênero não é “apenas uma característica individual ou um marcador identitário, mas um conjunto de representações e valores dicotômicos e assimétricos que afetam as relações, as práticas, os espaços e os objetos sociais” (p. 124-125). Para Mirla Cisne (2014), “gênero é uma construção social, ainda que se baseie numa diferença biológica – o sexo” (p. 138). Considerando a complexidade do conceito de gênero, reconhecemos que este estudo consiste numa aproximação inicial, ao analisarmos os indicadores acadêmicos (área e curso) por sexo e gênero – feminino e masculino, sendo o gênero um atributo arbitrariamente associado ao sexo e às práticas, espaços e objetos sociais.

E na universidade, como fica a igualdade de gênero?

As instituições de ensino superior desempenham um papel educacional, social, cultural e político relevante para o desenvolvimento da sociedade. Enquanto agente educacional, estas

instituições preparam as pessoas para atuarem no mercado de trabalho e, eventualmente, para seguirem a carreira acadêmica. Como agente social e cultural, deveriam promover a emancipação de mulheres e homens através da formação acadêmica/profissional. E enquanto agente político, deveriam promover uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que sustentam as desigualdades. Vale ressaltar que o debate sobre as desigualdades tem se mostrado fundamental para a (re) construção das sociedades contemporâneas (BARRETO, 2014).

Fundamentada na Conferência de Educação para Todos, a Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social, realizada em Paris, em julho de 2009, enfatizou a igualdade de gênero no debate sobre acesso, equidade e qualidade. Ao reconhecer a situação desigual das mulheres, a conferência fez a seguinte recomendação: "Governos e instituições devem estimular o acesso, a participação e o sucesso das mulheres em níveis de educação" (UNESCO, 2009, p. 3). Desse modo, as instituições de ensino superior tornaram-se responsáveis pela promoção da igualdade entre os sexos no acesso ao conhecimento.

As políticas públicas de expansão e democratização do acesso ao ensino superior, implementadas em meados do século XX, no Ocidente e países do Hemisfério Norte, impulsionaram a evolução do quantitativo de mulheres universitárias. O cenário educacional superior que antes era considerado um privilégio masculino mudou, e hoje as mulheres estão à frente quando o assunto é frequência. Com efeito, a pesquisa intitulada *Panorama De La Educación 2015*, realizada pela *Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico* - OCDE, constatou que "*las mujeres son mayoría entre los ingresados*" (MECD, 2015, p. 17). No que se refere a distribuição por área do conhecimento, os dados mostraram que:

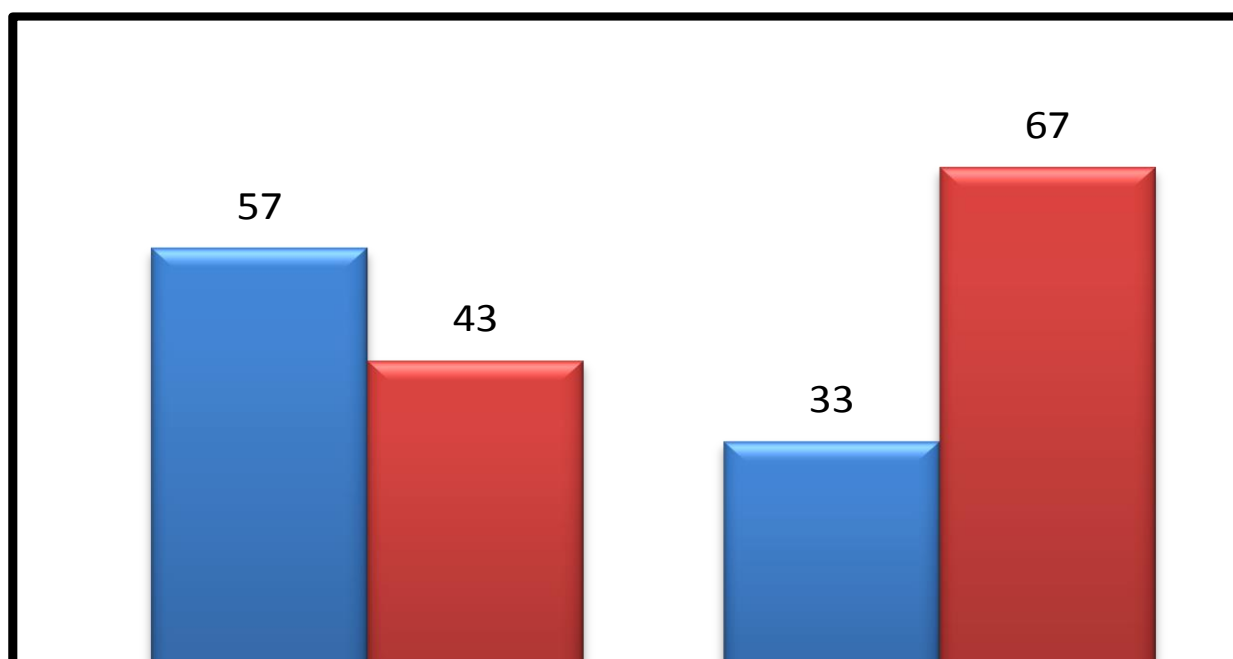
Le sigue el campo de la Educación, las Humanidades y las Ciencias Sociales, en el que las mujeres representan valores cercanos al 60%. Sin embargo, en el campo de estudio de Ciencias e Ingeniería los valores se invierten, ya que los hombres son mayoría entre los ingresados por primera vez en Educación Terciaria. Las mujeres en el campo científico-tecnológico únicamente representan el 30%. (p.18).

É inegável que esta abertura tenha beneficiado as mulheres. No entanto, este sucesso educacional feminino não causou impacto na superação de desigualdades como a valorização

prestígio (QUEIROZ; CARVALHO; MOREIRA, 2014). A realidade brasileira é semelhante àquela apontada pela pesquisa da OCDE. De acordo com o Relatório ODM (IPEA, 2014), para cada 100 homens frequentando o ensino superior havia 136 mulheres, em 2012. Evidenciando a desigualdade de oportunidades entre os sexos, o referido relatório infere que, neste mesmo ano, "as mulheres respondiam por mais de 70% das matrículas de cursos das áreas de Educação e de Saúde e Bem-estar Social, mas apenas 30% das inscrições nos cursos de Ciências, Matemática e Computação, e de Engenharia, Produção e Construção". (p. 53).

O Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, vem divulgando dados estatísticos que corroboram a seguinte tendência: a população estudantil brasileira no nível superior é composta, majoritariamente, por mulheres. Esta tendência ecoa como uma inversão dos padrões históricos: menos homens e mais mulheres, segundo Baltazar, Rego e Caleiro (2012). Na UFPB/Campus I a participação feminina nos cursos presenciais de graduação é ligeiramente maior que a masculina, em torno de 52% (11.026 mulheres). Ao distribuímos estes dados segundo as áreas de conhecimento, percebemos que as mulheres continuam sub-representadas nas Ciências Exatas, Naturais, Tecnologia e Engenharias (33%), conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Quantitativo de estudantes por sexo e área do conhecimento (%)



Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPB (09/03/2017)

Os dados do gráfico 1 evidenciam uma desigualdade estruturante da "sexualização ou gendramento" (PINTO; CARVALHO e RABAY, 2014) das áreas do conhecimento: as mulheres permanecem nas áreas compreendidas como femininas – Ciências Humanas (57%) e Biológicas e da Saúde (63%) – enquanto os homens predominam nas áreas de Tecnologia. Considerando esta situação, o Comitê da Convenção para Eliminar Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW sugeriu à educação, sobretudo ao ensino superior, “a adoção de medidas para mudar as normas e atitudes tradicionais, bem como as práticas organizacionais das escolas que militam contra a livre escolha das meninas de prosseguirem em áreas de estudo não tradicionais, particularmente em áreas tecnológicas” (ONUBR, 2017). No intuito de analisar a distribuição de homens e mulheres na UFPB/Campus I, segundo os cursos, apresentamos o quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição de estudantes por sexo e curso, UFPB, Campus I, 2º semestre 2016

Cursos	Mulheres		Homens		Total N
	N	%	N	%	
Ciências Humanas e Sociais					
Artes Visuais	58	58,0	42	42,0	100
Cinema e Audiovisual	19	34,5	36	65,5	55
Comunicação Social	31	53,4	27	46,6	58
Dança – Licenciatura	60	60,0	40	40,0	100
Gastronomia	37	50,7	36	49,3	73
Hotelaria	57	64,8	31	35,2	88
Jornalismo	132	57,9	96	42,1	228
Música	40	22,9	135	77,1	175
Música – Bacharelado	98	71,0	40	29,0	138
Música Popular	31	81,6	7	18,4	38
Radialismo	75	51,4	71	48,6	146

Regência de Bandas e Fanfarras	1	3,8	25	96,2	26
Relações Públicas	121	60,8	78	39,2	199
Teatro – Bacharelado	29	54,7	24	45,3	53
Teatro – Licenciatura	22	40,0	33	60,0	55
Turismo	108	55,4	87	44,6	195
Ciências Sociais	145	53,9	124	46,1	269
Comunicação em Mídias Digitais	84	39,6	128	60,4	212
Filosofia	52	28,3	132	71,7	184
História	128	40,5	188	59,5	316
História (Licenciatura Plena/MS)	19	55,9	15	44,1	34
Letras	395	69,9	170	30,1	565
Letras - Língua Espanhola	92	73,0	34	27,0	126
Letras - Língua Espanhola	92	73,0	34	27,0	126
Letras - Língua Francesa	60	72,3	23	27,7	83
Letras - Línguas Clássicas	56	46,7	64	53,3	120
Letras - Língua Inglesa	176	54,0	150	46,0	326
Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais	63	56,3	49	43,8	112
Psicologia	309	69,3	137	30,7	446
Serviço Social	462	86,7	71	13,3	533
Tradução	33	54,1	28	45,9	61
Ciências das Religiões	77	43,3	101	56,7	178
Pedagogia	822	86,4	129	13,6	951
Pedagogia - Educação do Campo	226	73,6	81	26,4	307
Pedagogia – MS	12	92,3	1	7,7	13
Psicopedagogia	232	89,9	26	10,1	258

Administração	319	43,2	419	56,8	738
Arquivologia – Bacharelado	190	55,6	152	44,4	342
Biblioteconomia	207	63,3	120	36,7	327
Ciências Atuariais	99	45,8	117	54,2	216
Ciências Contábeis	363	45,0	444	55,0	807
Ciências Econômicas	158	33,4	315	66,6	473
Gestão Pública	117	55,5	94	44,5	211
Relações Internacionais	108	51,9	100	48,1	208
Direito	790	47,5	872	52,5	1662
Ciências Exatas, Naturais, Tecnologia e Engenharias					
Arquitetura e Urbanismo	226	64,4	125	35,6	351
Engenharia Ambiental	176	53,0	156	47,0	332
Engenharia Civil	143	30,6	325	69,4	468
Engenharia de Alimentos	139	59,4	95	40,6	234
Engenharia de Materiais	84	39,3	130	60,7	214
Engenharia de Produção	77	35,2	142	64,8	219
Engenharia de Produção Mecânica	47	25,7	136	74,3	183
Engenharia Mecânica	64	12,6	442	87,4	506
Engenharia Química	164	46,6	188	53,4	352
Química Industrial	78	52,3	71	47,7	149
Engenharia de Energias Renováveis	79	34,1	153	65,9	232
Engenharia Elétrica	79	21,5	288	78,5	367
Ciência da Computação	29	9,1	291	90,9	320
Engenharia da Computação	36	12,4	254	87,6	290
Matemática Computacional	30	21,7	108	78,3	138
Tecnologia de Alimentos	90	54,9	74	45,1	164

Tecnologia da Produção Sucroalcooleira	51	35,7	92	64,3	143
Estatística	28	35,9	50	64,1	78
Física	45	17,3	215	82,7	260
Geografia	100	32,8	205	67,2	305
Matemática	69	25,4	203	74,6	272
Química	99	48,3	106	51,7	205
Ciências Biológicas e da Saúde					
Educação Física – Bacharelado	91	32,5	189	67,5	280
Educação Física – Licenciatura	72	30,8	162	69,2	234
Enfermagem	312	85,5	53	14,5	365
Farmácia	244	65,8	127	34,2	371
Fisioterapia	240	75,9	76	24,1	316
Fonoaudiologia	188	81,7	42	18,3	230
Nutrição	230	78,8	62	21,2	292
Odontologia	202	64,5	111	35,5	313
Terapia Ocupacional	158	80,6	38	19,4	196
Medicina	227	49,1	235	50,9	462
Biotecnologia	120	59,4	82	40,6	202
Biologia	296	58,5	210	41,5	506
Total	11026	51,6	10328	48,4	21354

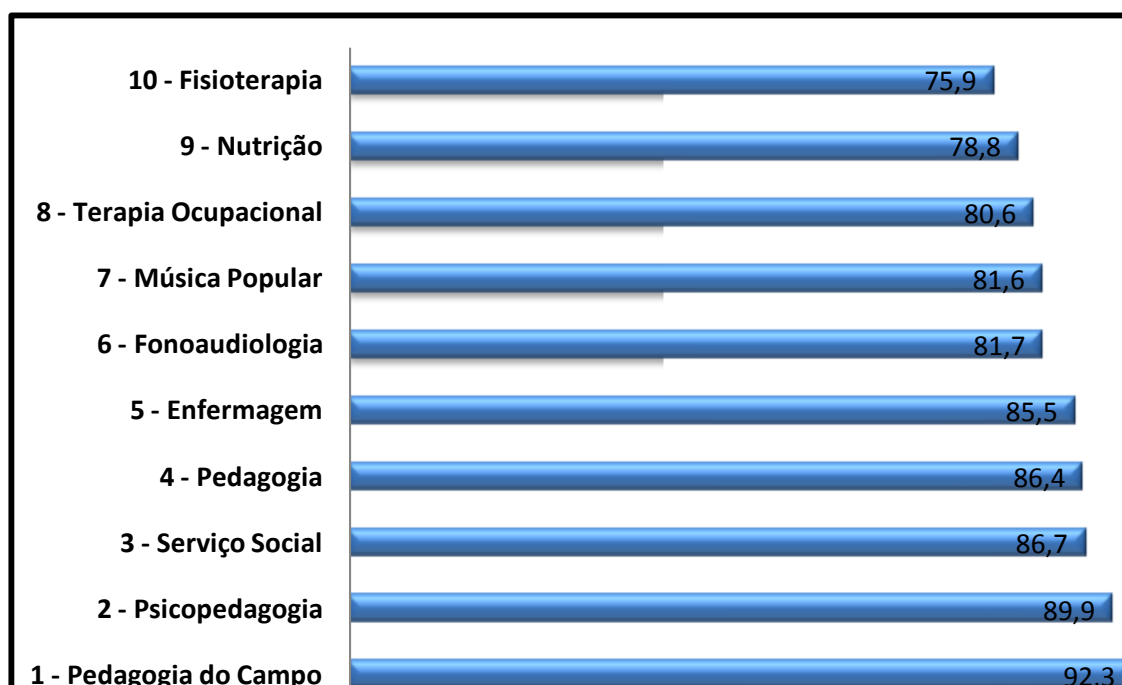
Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPB (09/03/2017)

OBS: As cores destacam: cursos femininos (azul); cursos masculinos (vermelho) e cursos equilibrados – entre 45% e 55% para qualquer sexo (verde).

No que tange à igualdade de gênero, detectamos que 16 cursos apresentam equilíbrio entre ambos os sexos, sendo eles: Comunicação Social; Teatro (Bach.); Ciências Sociais; Letras – Línguas Clássicas; Letras – Língua Inglesa; Tradução; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Relações Internacionais; Direito; Engenharia Ambiental; Engenharia Química;

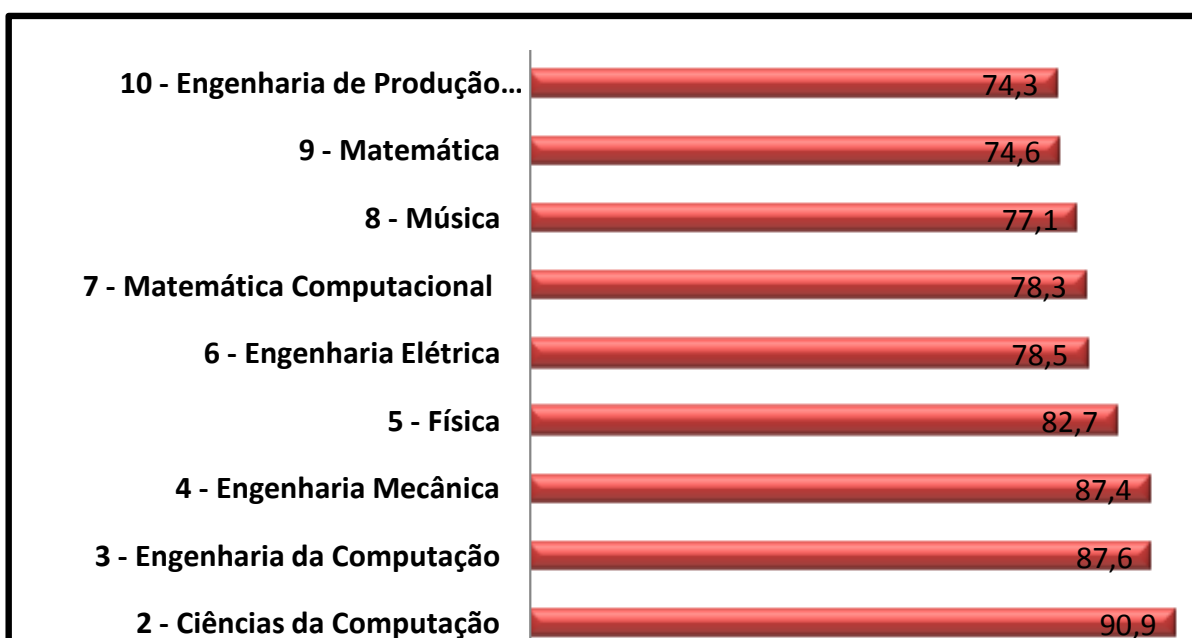
Química Industrial; Tecnologia de Alimentos, Química e Medicina. De acordo com Carvalho, Rabay (2011) e Jezine (2016), este equilíbrio significa que as mulheres romperam barreiras no campo do Direito, Medicina e Ciências Contábeis, cursos considerados tradicionais e, historicamente, destinados aos homens.

Gráfico 2 - Top 10 cursos com maior participação feminina (%), UFPB, Campus I



Fonte: Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPB (09/03/2017)

Gráfico 3 - Top 10 cursos com maior participação masculina (%)



Os gráficos 2 e 3 revelam os cursos com maiores discrepâncias entre os sexos. Contudo, se considerarmos a pequena participação de mulheres nos cursos masculinos e de homens nos cursos femininos, podemos constatar que houve algum avanço, ainda que lento, na direção da igualdade de gênero na academia. Para que diminuam e desapareçam as desigualdades se requer um investimento em políticas de mudança cultural. Para tanto, algumas estratégias estão começando a ser ensaiadas em todo país. A título ilustrativo, enfatizamos o programa Meninas e Jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação lançado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM-PR e a Petrobras, em outubro de 2013 (QUEIROZ; CARVALHO; MOREIRA, 2014).

Considerações finais

Quase duzentos anos passaram-se desde que Nísia Floresta denunciou as condições educacionais femininas. Ainda assim, a inserção das mulheres na educação continua marcada por desigualdade e discriminação. Por isso, as mulheres devem permanecer lutando pela reversão do hiato que há entre o que está posto na legislação e o que é efetivado na realidade, embora devam comemorar a expressiva participação feminina no campo educacional e rememorar toda luta pelo direito à igualdade.

É certo que a participação das mulheres no ensino superior tende a ultrapassar a dos homens. Entretanto, os números disfarçam a conservação das desigualdades entre os sexos, uma vez que, nos cursos tradicionalmente masculinos do ensino superior, a participação delas continua sendo minoria e o seu progresso lento. Contudo, consideramos que os avanços sociais e acadêmicos propiciados pela democratização do acesso ao ensino superior, não foram capazes de assegurar a igualdade de gênero neste nível de ensino.

Desse modo, se faz necessária a implementação de métodos efetivos que incluam as mulheres garantindo a igualdade de oportunidade e a sua valorização. Por fim, mas não menos importante, ressaltamos a importância das instituições de ensino superior atuarem em prol de um processo educativo que promova a tão desejada paridade de sexo e inclusão de gênero nos currículos.

Referências

ARNOT, Madeleine. Valores Feministas e Educação Democrática: repensar a igualdade e a diferença. In: **Educação, sociedade e culturas**, 5, p. 209-231, 1996. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC5/5-arquivo.pdf>

BALTAZAR, Maria da Saudade; REGO, Conceição; CALEIRO, António. Ensino Superior e Gênero: diplomados e mercado de trabalho. In: **VII Congresso Português da Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações**. Universidade do Porto – Faculdade de Letras – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Realizado 19 a 22 de junho de 2012. Área Temática: ST1 – Sociologia da Educação. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP1501_ed.pdf

BARRETO, Andreia. A Mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade. In: **Cadernos do GEA**. – n.6 (jul./dez. 2014). – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf

BELTRÃO, Kaizô; ALVES, José Eustáquio. A reversão do hiato de gênero na Educação Brasileira no século XX. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0739136.pdf>

BORGES, Kátia; IDE, Maria Helena; DURÕES, Sara. Mulheres na Educação Superior no Brasil: estudos de caso do Curso de Informação da Universidade Estadual de Montes Claros (2003/2008). In: **VIII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero**, realizado de 05 a 09 de abril de 2010. Disponível em: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E3_Mulheres_na_Educa%C3%A7%C3%A3o_Superior_no_Brasil.pdf

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?concurso=CFS%20%202018

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB nacional** [recurso eletrônico]: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/proen/ldb_11ed.pdf

CAMPO, Isabela. O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. In: **História** (São Paulo), v. 30, n. 2, p. 196-213, ago/dez 2011. ISSN 1980-4369. Disponível em: <http://www.readcube.com/articles/10.1590/S0101-90742011000200010>

CARVALHO, Maria Eulina; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(1): 312, janeiro abril/2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37466/28761>

_____. Gênero e carreiras universitárias em 50 anos na Universidade Federal da Paraíba. In: **Reformas Educativas, Educación Superior y globalización en Brasil, Portugal Y España**. Betania Leite Ramalho, José Beltrán Llavador, Maria Eulina Pessoa de Carvalho & Adriana Valéria Santos Diniz (Orgs.). Valencia, ES: Editorial Germania, 2011. ISBN: 978-84-92587-69-8.

CASTRO, Luciana. A contribuição de Nísia Floresta para a Educação Feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. In: **Revista Outros Tempos**. Volume 7, número 10, dezembro de 2010. Dossiê História e Educação. Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/artigos%20em%20pdf/Luciana_Martins.pdf

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. In: **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886/6149>

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF; INEP, 1989. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002106.pdf>

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento/Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. Brasília: Ipea: MP, SPI, 2014. Disponível em: http://www.agenda2030.com.br/biblioteca/140523_relatorioodm.pdf

JEZINE, Edineide. Expansão e acesso à Educação Superior: como fica a igualdade de gênero? In: **Revista Internacional de Educação Superior - UNICAMP**. Campinas, SP v.2 n.3 p.430-449 set./dez. 2016. ISSN 2446-9424.

LORBER, Judith. **Gender inequality: Feminist theories and politics**. 4 ed. New York: Oxford University Press, 2010.

MECD. **Panorama de la Educación: Indicadores de la OCDE 2015**. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2015. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/dctm/inee/internacional/panorama-de-la-educacion-2015.-informe-espanol.pdf?documentId=0901e72b81ee9fa3>

MENDONÇA, Simone. Literatura Infantojuvenil, Mulheres e Educação no Brasil do século XIX. In: **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 21, n. 30, p. 228-244, jul-dez, 2014. Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/viewFile/2312/1660>

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, nº3, 2015, pp. 749-789. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582015000300749&script=sci_abstract&tlng=pt

ONUBR. **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5**: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Brasil: Nações Unidas no Brasil, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf>

PINTO, Érica; CARVALHO, Maria Eulina; RABAY, Glória. Gênero: um fator condicionante nas escolhas de cursos superiores. In: **18º REDOR**. Tema: Perspectiva Feminista de Gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – PE. Realizado de 24 a 27 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1893/640>

QUEIROZ, Cecília; CARVALHO, Maria Eulina; MOREIRA Josilene. Gênero e inclusão de jovens mulheres nas Ciências Exatas, nas Engenharias e na Computação. In: **18º REDOR**. Tema: Perspectiva Feminista de Gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – PE. Realizado de 24 a 27 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2076/855>

QUEIROZ, Delcele. Mulheres no ensino superior no Brasil. In: **23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPED**, 2000, Caxambu. Caderno de resumos. Rio de Janeiro: ANPED, 2000. Disponível em: http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E3_Mulheres_na_Educa%C3%A7%C3%A3o_Superior_no_Brasil.pdf

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo. In: **Estudos Feministas**, Ano 9, 2º Semestre 2001, pp. 515-540. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200011>

SOUZA, Carlos. Instruir para educar: ensino e questão nacional no Rio de Janeiro Oitocentista (1822-1860). In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 52, p. 17-34, set2013 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640227/7786>

SOUZA, Kátia. **A disciplina Economia Doméstica e a Formação Feminina no Instituto de Educação Ruy Barbosa (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, Aracaju, 2015.

TRINDADE, Ana Paula; TRINDADE, Diamantino. Desafios das primeiras médicas brasileiras. In: **História da Ciência e Ensino: Construindo Interfaces**, volume 4, 2011. pp. 24-37. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/6435/5767>

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948
Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** Jomtien, 1990. Unesco: ED/90/CONF/205/1, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

_____. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social**. Unesco: ED.2009/CONF.402/2, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192

GENDER EQUALITY IN HIGHER EDUCATION: PROGRESS AND CHALLENGES

ABSTRACT

This article joins the discussion of gender equality in higher education by exploring the universe of undergraduate students from Federal University of Paraíba - UFPB / Campus I, mapping the participation of men and women by area of knowledge, considering sex and gender. The methodological procedure adopted was an exploratory and descriptive case study, which consisted of a statistical survey, with data provided by the Information Technology Superintendence - STI / UFPB, addressing the number of students enrolled in the 2016 school year. When we distributed these data according to the areas of knowledge, we noticed that women remained underrepresented in Exact, Natural Sciences, Technology and Engineering (33%), remaining in areas understood as feminine - Human Sciences (57%) and Biological and Health Sciences (63%). The courses in the areas of Education, Health and Social Welfare, Services and Humanities, considered feminine, are the ones that attract women the most. Following this traditional trend, men prefer courses in Arts, Technology and Exact Sciences. However, if we consider the small participation of women in masculine courses and of men in feminine courses, we can see that we are still far from achieving gender equality in academia, as Nísia Floresta dreamed in the 19th century.

Keywords: Higher Education. Gender equality. UFPB.

IGUALDAD DE GÉNERO EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR: AVANCES Y DESAFÍOS

RESUMEN

El presente artículo se suma a la discusión de igualdad de género en la enseñanza superior al explorar el universo de estudiantes de los cursos de graduación presencial de la Universidad Federal de Paraíba - UFPB/Campus I, mapeando la participación de hombres y mujeres por área de conocimiento y por curso, considerando las variables sexo y género. Como procedimiento metodológico, adoptamos el estudio de caso exploratorio y descriptivo. Este estudio consistió en un levantamiento estadístico, con datos proporcionados por la Superintendencia de Tecnología de la Información - STI/UFPB, abordando la cantidad de estudiantes matriculados en el período lectivo 2016.2. Al distribuir estos datos según las áreas de conocimiento, percibimos que las mujeres continúan subrepresentadas en las Ciencias Exactas, Naturales, Tecnología e Ingenierías (33%) permaneciendo en las áreas comprendidas como femeninas - Ciencias Humanas (57%) y Ciencias Biológicas y de la Salud (63%). Los cursos en las áreas de Educación, Salud y Bienestar Social, Servicios y Humanidades, considerados femeninos, son los que más atraen a las mujeres. Siguiendo esta tendencia tradicional, los hombres prefieren cursos de Artes, Tecnología y Ciencias Exactas. Sin embargo, si consideramos la pequeña participación de mujeres en los cursos masculinos y de hombres en los cursos femeninos, podemos constatar que todavía estamos lejos de alcanzar la igualdad de género en la academia, como soñó Nísia Floresta en el siglo XIX.

Palabras clave: Enseñanza Superior. Igualdad de género. UFPB.

Recebido em 28 de novembro de 2017 e aprovado para publicação em 12 de novembro de 2018.